

Das tramas nas ruas: artes da vida em uma feira livre de Aracaju¹

João José Gomes dos Santos (Universidade Federal de Sergipe)

Kleber Jean Matos Lopes (Universidade Federal de Sergipe)

Mairla Machado Protazio (Universidade Federal de Sergipe)

e-mails para contato: juaumsantos@hotmail.com; klebermatos@uol.com.br;
mairla.protazio@hotmail.com.

1. Introdução ou da descrição do espaço

A cidade de Aracaju, nascida em 1855, é atravessada desde fins do século passado por céleres mudanças. Vivemos em uma cidade que se transforma a todo instante, seja em ordem arquitetônica e urbanística, passando por políticas de estado reguladora dos corpos, até os modos de subjetivação possíveis no enredamento urbano. Ela é ainda atravessada por lógicas do capitalismo financeiro, característica dos movimentos de globalização, que engendram práticas e modos de se relacionar pautados pelo consumo.

As disciplinaridades esquadram a urbe em pedaços, cada qual com seu quinhão. Cada qual diz do seu pedaço a sua verdade, mas a cidade é viva e resiste com indisciplinaridades. Cria rugas, asperezas, inventa-se quando tida por dominada, funda em si microcidades outras, invisíveis, que escapam aos olhos da vigilância. Sobre a vida urbana é possível falar dela quando considerada em sua imprevisibilidade, incerteza e potencialidade inventiva.

Aracaju, cidade planejada, nascida no restrito tabuleiro de Pirro para sediar a capital de Sergipe del-Rei não coube em si. Transbordou e assim continua inventando modos de urbanidade e expandindo seu espaço geográfico. Esta pesquisa acompanhou alguns desses processos em vigência tendo a feira livre situada no bairro Castelo Branco como campo delimitado onde coexistem o antigo e o novo, o público e o privado, o controle e a invenção. São modos múltiplos de inscrição no espaço público urbano e não há como conter todos eles, logo não existe aqui pretensões exaustivas, pois a rua é o lugar do incontrolável.

A feira livre acontece em geral todas as sextas-feiras pela manhã no bairro Castelo Branco, por ocasiões de feriados é transferida para as quintas-feiras. Geograficamente, esta feira tem um percurso aproximado de 300 metros e se estende por toda a rua Cel. João Gonçalves, desde seu cruzamento com a avenida São João Batista até a praça da caixa d'água, com curtos prolongamentos em ruas laterais. Podemos dizer que esta feira não tem início nem fim, pois tanto se pode ter acesso pela referência da caixa d'água (rua Oscar Nascimento) como pela avenida São João Batista, além das outras ruas secundárias.

Nessa feira vendem-se desde frutas, verduras, carnes, peixes, aves, arroz, feijão, farinha, ervas e laticínios, até mesmo utensílios de casa, roupas, dvd's, relógios, cadeados, produtos de limpeza e ainda filhotes de cães à R\$ 5,00; enfim, um mundo de coisas possíveis. As bancas, por sua vez, são organizadas em três fileiras criando dois corredores estreitos para o fluxo de pessoas, carrinhos-de-mão para transporte de mercadorias, bicicletas, ambulantes e para a realização de negócios. Este comércio não está somente preso à disponibilidade das bancas, realiza-se também no chão e em

¹ Esta pesquisa foi desenvolvida com financiamento do Programa de Bolsas de Iniciação Científica – COPES/UFS no período de 2008/2 a 2009/1.

suportes improvisados, além de alguns que vendem suas mercadorias transitando pelo local. Ao longo de sua extensão acontecem serviços secundários rotineiros daquela rua funcionando normalmente nos dias de feira. Serviços como mercearias, barbearia, salão de beleza, lanchonetes, sorveteria, farmácia, locadora de filmes, bar e açougue.

As bancas são colocadas na rua no dia anterior e montadas a noite para o dia seguinte, logo cedo. Já na madrugada, por volta de uma ou duas horas da manhã é possível observar alguns feirantes no local arrumando os produtos ou mesmo dormindo. A feira tem seu movimento mais intenso às sete horas da manhã e costuma terminar por volta de uma hora da tarde, quando o negócio já está bem fraco e algumas bancas já desocupadas. Enquanto alguns feirantes ainda retiram suas mercadorias, pessoas do serviço terceirizado efetuam o desmonte das bancas e liberam, parte a parte, a rua para que se dê o começo da limpeza. Funcionários da Empresa Municipal de Serviços Urbanos varrem o caminho e recolhem os restos. Em seguida um carro-pipa despeja uma mistura de água e sabão para atenuar os cheiros da feira, porém, à noite, ainda é possível sentir um aroma composto de lixo e limpo.

Pensar a cidade é estar implicado em sua vida cotidiana; é também possibilitar a emergência de outras tantas formas de urbanidade. A rua conta histórias soturnas e problematizar tais práticas silenciosas – não contempladas pelas hegemônicas formas de produção do conhecimento da subjetividade urbana – que atravessam o cotidiano da cidade, acaba por potencializar a dissolução de um olhar cristalizado. Estas práticas infames imprimem uma porosidade na concretude do real e isto o torna potente. Assim, abre espaço para outras formas de olhar e viver a cidade, modos outros de contar histórias então.

2. Cena 1 ou das técnicas e procedimentos higiênicos

Uma relação entre os feirantes, as moscas, o dinheiro, os cães que mordiscam os restos e as carnes, aparece com força neste momento. De fato são imagens incomuns quando sob a ótica da higiene pública. Há desagrado em relação ao cheiro forte das carnes e peixes ao sol, principalmente em dia de chuva, quando as bocas-de-lobo ficam totalmente congestionadas pelo excesso de lixo que é carregado pelas águas nos quintais da feira. *Muita água empoçada, lama, restos “ruins” das mercadorias jogadas atrás das bancas, escamas, ossos, alguns cabos de máquinas elétricas utilizadas pelos feirantes estendidos no chão por entre o lixo e a lama, vários baldes de água com múltiplas utilidades – desde lavar pratos até reservatório de facas -, alguns cães devorando os restos de carnes que haviam caído anteriormente (...) Andando, um esgoto borbulhava entupido, transbordando água que corria para o outro lado da rua, por trás das bancas carregando mais dejetos e entupindo outras entradas. Após a chuva, o cheiro do lixo fortalece, mas mesmo assim não é motivo para interromper a feira que parece não se incomodar.* (16 de Outubro de 2008) ².

Surge então o lixo enquanto uma questão. A relação dos feirantes com a higiene pública, ou seja, regras de normatização de conduta no espaço público salta aos nossos olhos, pois tais técnicas sugerem um tipo de utilização do espaço e modos de fazer que na maioria das vezes não são observados rigorosamente por seus usuários. Indicativo de tal regulação da higiene pública é a disposição de banheiros químicos públicos situados a uma quadra da feira. Porém, os três Box itinerantes são carregados de fezes e urina, quase que inviabilizando sua utilização e encontram outras serventias. Demonstra o

² Os fragmentos em itálico ao longo do texto foram extraídos dos diários de campo e fazem referência ao dia em que foram postados no blog (Em)Caminhamentos de Pesquisa, disponíveis na íntegra no endereço eletrônico <http://caminhosdepesquisa.blogspot.com>.

fragmento de diálogo seguinte: *Ele diz: Você é da vigilância sanitária? Alguém ta precisando vim ver isso aqui, é uma falta de respeito com os moradores e com o pessoal da feira. Digo: Não sou da vigilância não, estou fazendo uma pesquisa pra universidade. Mas então, mesmo assim tem gente que usa esses banheiros? Diz: Claro que tem... gente que dorme aí, gente que entra aí pra fumar um baseado, pra tomar cachaça.* (18 de Novembro de 2008).

As imagens permitem problematizar o sentido forjado entre práticas, mentalidades e sensibilidades que afloram na feira livre do Castelo Branco. Práticas que remetem a um modo medieval de se relacionar com as coisas e, assim, engendraram mentalidades e sensibilidade díspares quando comparadas aos atuais procedimentos de higienização das ruas e dos corpos. Elas se definiam pela mistura, pelo riso solto, pelas danças, amálgama de pessoas, animais e coisas, enfim, “uma cultura de efervescência, da convivência, das pessoas que dramatizam a vida cotidiana” (Rodrigues, 1995, p.27). Semelhantes modos eram os tratos em relação ao corpo, posto que era um ambiente de gestos permissivos, toques físicos, troca de cheiros e secreções, “ele é expansivo, indisciplinado, transbordante. Promíscuo, se quisermos, pois misturado com outros corpos e matérias.” (Rodrigues, 1995, p.34). As cidades por sua vez participavam do modo de existir das pessoas, o que se traduzia também em sua arquitetura e desenho de suas ruas. Ao tempo que era constituída por ruas sinuosas, estreitas, que respeitavam a topologia do espaço, eram cidades feitas para pedestres o que aproximava seus habitantes e facilitava meios diretos de comunicação. As proximidades espaciais eram signo de proximidades físicas (Rodrigues, 1999).

As sensibilidades e mentalidades medievais foram tragadas por movimentos em composição, porém ainda fracos e difusos. Tais movimentos caracterizam-se pelas práticas burguesas no capitalismo embrionário que tende a fragmentar, expulsar, fechar e individualizar o que antes era junto, misturado, amalgamado nos mundos medievais. Assim acompanha o movimento das cidades com obras de infra-estrutura e urbanização que produzem também novas formas de experiência urbana, bem como formas de exclusão (Rodrigues, 1995, 1999; Baptista, 1999).

Possibilita, assim, um saber específico sobre o urbano buscando compreendê-lo e defini-lo de uma forma diferente daquela que vigorava até então. Começam a surgir movimentações para expulsão dos mortos e do lixo para fora da cidade sendo que, no século XVII, o que é considerado “limpo” é também disciplinado, bom e ordeiro e moralmente desejável. A medicina social urbana aparece na França do século XVIII com a intenção de colocar em análise as regiões de amontoamento de matéria; em seguida o controle de uma boa circulação de ar e água pelos veios do espaço urbano; e por último a organização dos espaços da cidade através do seu esquadramento para melhor utilização concordando com sua lógica de funcionamento (Foucault, 2007).

A medicina social urbana surge então como uma destas maneiras que interferem no espaço público para produzir condições *salubres* de vida. É esta a idéia que possibilita a higiene pública enquanto um agrupamento de técnicas e procedimento que visam banir a insalubridade dos espaços para garantir saúde à população. Esta lógica de vigilância e controle das aglomerações urbanas efetua-se na feira do Castelo Branco por um esquadramento do espaço com conseguinte ordenação por tipos de práticas e produtos para melhor aproveitamento e cuidado higiênico. Exemplo claro disto é a colocação de bancas de carnes, peixes e aves em frente a duas praças que são fronteiriças à rua. Colocá-las nas praças indica um deslocamento desses odores e do lixo orgânico produzido por elas para lugares mais distantes das residências. Este procedimento apresenta a ocupação com a higiene pública que atravessa o planejamento do espaço urbano.

A cidade é um objeto privilegiado de intervenção da medicina social, diz Machado (1978). Desde seu começo, a cidade é vista pela medicina social como causadora e potencializadora de doenças morais e físicas. “A cidade é, em sua origem, vil e nefasta” (Machado, 1978, p.265). Ela é vista como lugar da desordem, do amontoado de corpos que se encontram e transmitem entre si males diversos. É neste sentido que a medicina social é uma medicina essencialmente urbana, pois é campo ampliado para o exercício de suas práticas interventoras que se funda basicamente em: esquadramento espaço-temporal que condiz com a decomposição dos elementos da mistura urbana e o registro deste através do tempo; por outro lado, em um movimento totalizante estabelece continuidade, descreve a intercomunicação entre os fragmentos constituintes do urbano, pois visa promover uma comunicação controlada entre a população e os elementos da cidade. “O que é proposto é a própria transformação da cidade; é sua adequação a um plano geral de funcionamento e evolução; é a abolição de todo acúmulo e a ordenação de todo contato. Em suma, com a medicina social do século XIX, nasce o planejamento urbano” (Machado, 1978, p.274).

Outro aspecto, mas não abandonando a mesma lógica, que é importante observar é a vigilância do espaço para seu correto uso. Na feira, é comum observar policiais transitando (existe um posto policial em uma das pontas da feira), eles tencionam evitar o distúrbio, os furtos, as brigas e garantir a segurança de todos. Em semelhante sentido estão também os fiscais percebidos em três funções distintas: um primeiro é funcionário da empresa que monta as bancas e passa recolhendo o imposto tributário a sua utilização; um segundo é funcionário da prefeitura e efetua o recolhimento do imposto devido à utilização do espaço público. *Perguntei sobre a disposição das mesas, ao que ele [Seu Juscelino, feirante] me falou que cada feirante pagava por volta de oito reais, uma parte à prefeitura pelo “aluguel do chão” e outra parte à empresa que disponibiliza as armações em ferro. Falou também que cada feirante tem direito a faltar três dias e após o prazo as bancas vagas são remanejadas para outras pessoas (...) Presenciei pela primeira vez a cobrança do valor que cada um deveria pagar, primeiro veio fiscal da prefeitura e cobrou dois reais de seu Juscelino, pois este usava além do espaço da banca, o chão com alguns produtos, um real para cada espaço, depois veio o fiscal das bancas e cobrou sete reais pela utilização da armação* (16 de Outubro de 2008).

Um terceiro fiscal, funcionário da EMSURB (Empresa Municipal de Serviços Urbanos), verifica se as leis que regulamentam a feira livre estão sendo respeitadas. Este é interessante atentar, pois não realiza cobranças, porém o policiamento extensivo para utilização racional e permitida do espaço. Exemplificando: ele realiza medições regulares das balanças utilizadas, reprime a venda de produtos pirateados, intervêm na organização e utilização do espaço por não feirantes para venda de mercadorias. É chamado de “o rapa” pelos negociantes, pois ele guarda o poder de apreender os produtos e equipamentos quando não normalizados. Efetiva então um policiamento de tudo que possa causar desordem médica e social e transforma a desordem em ordem através de um contínuo e planejado projeto de trabalho vigilante e controlador da vida social.

3. Cena 2 ou dos modos silenciosos de fazer e combates anônimos

Em Abril deste ano a Associação de Feirantes à luz de velas e sabor de bolo com refrigerante, comemorou um ano de falta de iluminação na feira-livre do Augusto Franco, um bem humorado pedido por mínima segurança. Seu Antônio, vendedor de tipos de queijos e laticínios e também presidente da Associação de Feirantes declara que a entidade já fez várias reclamações às autoridades competentes, porém nenhuma foi

atendida e assim inventa um modo de contornar as intempéries (8 de Maio de 2009). A Associação segue a trabalhar, sempre chamando atenção da mídia local e com um forte veio político, no sentido mais comum do termo. Entende que assim defende os interesses dos feirantes e a feira livre como um todo.

Ele [Seu Antônio] nos falou que criou a associação para fortalecer a classe dos feirantes que, segundo ele, estava correndo risco, pois a prefeitura junto aos grandes supermercados estavam tentando acabar com as feiras livres e transformá-las no que tinham feito com as feiras do Mercado Central, do Augusto Franco e do Orlando Dantas. Disse ainda que a feira é “um patrimônio cultural da humanidade” e que não poderia morrer. Além disso, falou que os associados tinham benefícios garantidos, tais quais lazer no clube Cotinguiba e assistência médica. A associação foi criada há apenas um mês [Outubro de 2008] e não possui filiações políticas, segundo o presidente, e tudo feito com iniciativa e dinheiro dele próprio. “Já existe sede com computador e tudo, inclusive e-mail, mas ainda é muito novo, a gente ainda tá conversando com o pessoal” (1 de Dezembro de 2008).

Seu Antônio percebeu com seu olhar afiado que ainda era tudo muito novo. De fato, as pessoas não aceitaram de primeira e duvidavam de sua funcionalidade. *Conversamos com Nininha sobre o que vimos, ela nos explicou que não sabia ainda direito o que era e fazia pouco tempo que haviam começado com aquilo, mas que precisava pagar dez reais por mês e que não serviria de muita coisa, pois só dava assistência ao feirante que caia doente e “quem já viu feirante cair doente? Feirante não cai doente não”, disse. Falou, ainda, que não estavam explicando a história direito, só sabia das coisas superficialmente e que não ia ajudar em nada porque de todo modo ela deveria tirar suas mercadorias do chão após o ultimato dado pelo “rapa” (1 de Dezembro de 2008).*

Um tanto entristecida, porém forte, ela [Nininha] nos falou que na próxima semana não poderia mais vender suas coisas no chão, mesmo pagando ao fiscal o valor tributário ao uso. “O rapa” avisara que levaria suas mercadorias apreendidas se ainda estivessem utilizando o chão da manhã de sexta. Resultante, disse que venderia suas coisinhas agora no carrinho que carregava perambulando pela feira (1 de Dezembro de 2008). Quem ajudava a atender os fregueses de Finha era a Nininha, mas como agora não a deixam mais trabalhar com as coisas no chão, ela tem que ficar subindo e descendo a feira pra conseguir vender alguma coisa. No final das contas perderam as duas: tanto Finha com a ajuda pra vender suas frutas quanto Nininha que antes faturava uns oitenta reais e agora não consegue chegar aos trinta direito. Um prejuízo e tanto (25 de Dezembro de 2008).

Em uma história das práticas que povoam a feira, para ser feirante é preciso duma malícia que provavelmente não passe pela racionalidade: *é preciso ter ginga para vender, ao que ele [Seu Juscelino] chamou de dom de feirante, um saber conquistar o freguês. (7 de Dezembro de 2008). A feira não tem como deixar de existir senão aquele povo todo não teria em que trabalhar. Disse também que supermercado é coisa para rico que quer tudo empacotadinho e mais caro, que com eles é diferente, se o que eles vendem tem um preço, quando o comprador pede, eles dão um jeitinho e fazem por um preço mais barato. Contou então de uma filha que também trabalhava com a esposa e que até hoje perguntam o porquê dela não ir mais à feira. Isso porque ela tinha a ginga, tinha a manha que se deve ter para vender na feira, coisa que ele próprio não tem, disse (16 de Outubro de 2008) e nem mesmo sabia dizer o que é.*

Tal modo de se relacionar, a ginga do feirante, estabelece também uma relação micropolítica (Guattari e Rolnik, 1996) quando dos embates cotidianos com as formas de controle. Táticas que alteram as normas em favor da vida: *os fiscais da EMSURB*

não tinham aparecido e assim, me disseram que não apareceriam mais porque eles costumam ir cedo. Nininha, que não é boba, deixou o carrinho dela de bugigangas do lado da banca de Finha e dali gritava seus produtos e ficava de olho quem chegava próximo. Falei que dava até pra ela ficar daquele jeito, que se os fiscais chegassem, dizia que tinha parado pra descansar e que estava andando pela feira. Ela me respondeu que ia fazer isso mesmo ou então que nem a mulher das melancias na frente, que quando “os homi” iam embora, ela estirava o pano no chão de novo. (25 de Dezembro de 2008).

Até aqui uma percepção fica. O tecido urbano é um espaço tenso. Efetivam-se combates o tempo inteiro nas ruas, e na feira do Castelo Branco não é diferente. Parte da descrição atenta para a dimensão instituída da higiene pública e planejamento urbano no jogo de forças da cidade. A Associação de Feirantes encontra um modo de fazer política neste jogo. Implicados no cotidiano, os feirantes jogam com suas práticas silenciosas, resistem inventando caminhos além. Então é neste campo problemático que se instaura a questão da subjetividade contemporânea com amarraduras em sua condição individual e urgindo sobre a invenção de outras possibilidades de existir, que não a vigente através do consumo e regulada pelas razões de Estado (Lopes, 2007).

Sobre isto se abre passagem para a potência das artes cotidianas de fazer, microfísica das resistências que se efetuam no dia a dia frente às limitações verticalmente colocadas. “No limite, esta ordem seria o equivalente daquilo que as regras de metro e rima eram antigamente para os poetas: um conjunto de imposições estimuladoras da invenção, uma regulamentação para facilitar as improvisações” (Certeau, 2007, p.50). Na feira, *o sol em nossas cabeças a nos retirar a sobra do juízo e quase na ausência dele, se por mágica, não sei, há uma busca do entendimento para minúsculas decisões que se precisa tomar. Acordos se produzem numa racionalidade singular. Ímpar. Mas são feitos a todo instante* (9 de Janeiro de 2009).

4. Conclusão

Uma cidade feita sem passos é uma cidade morta. Está presa à abstração conceitual, imóvel contida em planos e projetos urbanísticos; produz manuais de uso para seus espaços, aconselhamentos sobre modos de se viver, punições para desviantes. Porém, quando a vida ganha suas ruas neutralizadas e racionais, acontece o imprevisto, a cidade ganha movimentos, os passos costumam retalhos infundáveis à colcha urbana e fazem dobrar os traçados retilíneos pela ação da sua força. A rua torna-se o lugar do possível.

Dos passos imprevisíveis vemos como a feira se expande em silenciosos movimentos pela a cidade. Por ser de um bairro central, a feira livre do Castelo Branco se caracteriza por seu grande porte tanto por atender aos que moram nas proximidades quanto aos que moram mais distante. Percebemos isto pela quantidade de carros estacionados nos arredores da feira como também nos pontos de ônibus pessoas com sacolas e carrinhos de compras se deslocando para outros lugares.

Mesmo a feira resignificando o espaço da rua nas manhãs de sexta porque impede carros de transitar, entrar ou sair, se apossa de calçadas e impede o trânsito de gentes que não passem pela feira, aquela rua ainda continua com algumas de suas atividades. O barbeiro com as portas abertas logo cedo cortando cabelo, a lanchonete escondida atrás das bancas distribuindo seus lanches, o salão que numa ruazinha logo ali às 8h já chegam suas clientes, a sorveteria que abre às nove horas. Até mesmo o homem que toma cerveja sentado do lado de dentro do bar vendo a feira como quem vê a praia num dia de sol. Inúmeras coisas acontecem na feira e das mais inusitadas. Eles

também são a feira. Dá história pra qualquer contador que se queira. (24 de Setembro de 2008).

Potencializar histórias do homem comum abre espaço para que a vida passe e efetue a implosão de “universos carcerários” que nos atam a engessamentos do real. “Dessa implosão, pedaços de histórias incompletas, fragmentos de narrativas seriam montados pelas urgências políticas do agora, atentas às que ficaram no passado na metade do caminho, inacabadas, interrompidas pela força da barbárie ou pelo esquecimento ávido de futuro” (Baptista, 2008, p.3). Neste sentido se intenta produzir condições para que, partindo de seus limites, efetuem-se ultrapassamentos de si (Baptista, 1999) - dessas histórias esquecidas - através de narrativas em coletivo. Essas histórias indecisas funcionam como minúsculos artefatos bélicos na guerra política da vida.

Referências Bibliográficas

BAPTISTA, Luis A. **A cidade dos sábios**. São Paulo: Summus, 1999.

_____. **Walter Benjamin e os anjos de Copacabana**. versão modificada do artigo publicado originalmente na Revista Educação Especial: Biblioteca do Professor nº 7, 2008. Disponível em: <http://www.slab.uff.br/textos/texto93.pdf>

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. **Micropolíticas: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

LOPES, Kleber Jean Matos. Modos de atenção na cidade além da conta: uma reflexão sobre lugares e não lugares. In: **Revista estudos e pesquisa em psicologia – dossiê cidades**. v. 7, n. 2. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

MACHADO, Roberto (et al.) **Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

RODRIGUES, José C. **Higiene e ilusão: o lixo como invento social**. Rio de Janeiro: NAU, 1995.

_____. **O corpo na história**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.